

Legislatura 2021/2024.

EDITAL DE DISPENSA Nº 001/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2024

Inciso II do art. 75 da LF 14.133/2021

1. DO PROCEDIMENTO

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DE MINAS /MG, com sede na Avenida Pedro de Souza Freire nº 107, Centro, Fortaleza de Minas/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 05.044.360/0001-09, lavra o presente processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO, para Contratação de empresa para fornecimento salgados para a Câmara Municipal de Fortaleza de Minas, de acordo coma lei 14.133/2021 de 01 de Abril de 2021, e diante das condições e do fundamento legal expresso no presente.

1.1 O órgão solicitante é o Presidente da Câmara Municipal.

2. DA JUSTIFICATIVA

A presente aquisição tem por objetivo o fornecimento salgados para os vereadores nas reuniões da Câmara Municipal.

A Câmara Municipal de Fortaleza de Minas, no sentido de atender suas necessidades precípuas incorporadas não apenas em seus atos legislativos, necessita que a sua estrutura administrativa esteja adequada e a sua funcionalidade interna seja capaz de atender sua missão, diante disso esta Casa de Leis no decorrer do ano legislativo realiza diversas sessões, entre elas sessões ordinárias, especiais, extraordinárias e recepção de autoridades, momentos em que ensejam necessidades do oferecimento de alimentação aos envolvidos, a serem supridas conforme a natureza do evento.

Não há nenhum certame de objeto similar realizado pelo Legislativo no exercício de 2024, enquadrando perfeitamente no inciso II do art. 75 da Lei Federal 14.133/21.





Legislatura 2021/2024.

Nessa linha, entendemos que o objeto atende e preza pela eficiência dos serviços públicos, a realização indireta de tarefas de cunho meramente executivo, restando para a estrutura do órgão a preocupação com as atividades finalísticas e de maior relevância para a efetividade da missão do órgão, tais como planejamento, coordenação, supervisão e controle. Dessa forma, verificamos que a possibilidade e a necessidade de aquisição de tais bens é imprescindível para o bom andamento do legislativo.

Assim sendo, cabe ressaltar que a aquisição em tela tem por finalidade manter em ordem e em pleno funcionamento das atividades de expediente da Câmara de vereadores no Município.

3. RAZÃO DA DISPENSA

3.1 Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido Art. 75, II da Lei 14.133/2021, tendo como critério de seleção o menor preço por item.

3.2 Demonstrada a necessidade da aquisição de tais materiais, juntada a necessidade da realização da aquisição, a Administração da Câmara Municipal se admite a contratação direta, caracterizada através de Processo de Dispensa de Licitação, que justificável e legalmente amparada, atendendo aos interesses do legislativo.

4 DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1 A aquisição dar-se-á por contratação direta, conforme Art. 75, II da Lei 14.133/2021 Dispensa de Licitação nº 001/2024, tendo como critério de seleção o menor preço por item.

5. DO PRAZO FINAL PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1 A proposta deverá ser encaminhada via email **camarafortaleza@hotmail.com** ou protocolizada no setor de licitações da Câmara Municipal até as <u>16h do dia 08/02/2024</u>.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA 01001001.0103100012.001.33903000000



7. DOS PRAZOS

7.1 As quantidades determinadas no edital são quantidades estimadas da demanda municipal para aquisição fracionada pelo período de 01(uma) semana.

8. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL

- 8.1. Α Proposta comercial deverá ser encaminhada via e-mail (camarafortaleza@hotmail.com) ou protocolizadas diretamente na sala do setor de licitações da Câmara Municipal de Fortaleza de Minas /MG, na Avenida Pedro de Souza Freire nº 107, Centro – CEP 37.905-000 – Fortaleza de Minas /MG, impreterivelmente até as 16h do dia 08/02/2024.
- 8.1.1 A proposta comercial poderá ser apresentada conforme modelo do Anexo II, ou em modelo próprio, desde que contenha todas as informações ali previstas, com identificação da pessoa jurídica proponente, n.ºCNPJ, endereço, números de telefone, número desta licitação, sendo rubricada, datada e assinada pelo representante legal da empresa, devidamente identificado e qualificado, sem emendas, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocadamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, constando:
- 8.1.2. Descrição completa e detalhada dos materiais com marca, conforme descritivo constante do anexo I, sob pena de desclassificação.
- 8.1.3. Identificação dos preços em moeda corrente nacional (R\$ Real);
- Nos preços propostos para a entrega do materiais incluirá despesas com transporte, tributos e demais custos;
- 8.1.5. Prazo de validade da proposta mínima de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de abertura dos envelopes de proposta comercial, sendo que a omissão do prazo de validade de proposta, ou prazo inferior ao estipulado, será considerado como sendo o prazo mínimo exigido, ou seja, 60 (sessenta) dias.
- 8.1.6. Os preços oferecidos deverão ser expressos em números inteiros com 02 (dois) dígitos após a vírgula. Ex: 1,11.

9. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1. As propostas consideradas aceitáveis, que tenham atendido as especificações, prazos de entrega e outras condições estabelecidas neste instrumento convocatório e na legislação pertinente, serão classificadas segundo a ordem decrescente dos preços finais, a partir do valor mais baixo.



Legislatura 2021/2024.

- 9.2. Para efeito da classificação, será considerado o preço final, conforme o caso, resultantes dos valores originariamente contados e dos lances verbais oferecidos.
- 9.3. A responsável pelo setor de licitações fará a conferência dos valores contados na proposta de valor baixo. Na hipótese de divergência entre valores expressos em número e por extenso, prevalecerão, para efeito de classificação, os valores por extenso, ficando esclarecido que o pregoeiro/presidente da comissão permanente de licitações fará as correções de soma que se fizerem necessárias e que os valores corrigidos serão os considerados para efeito de classificação.
- 9.4. A responsável pelo setor de licitações indicará na ata da sessão os fundamentos da decisão sobre aceitabilidade ou inaceitabilidade de preços, bem como sobre a classificação ou desclassificação de propostas.
- 9.5. Quando for constatado o empate, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos dos Artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.
- 9.6. Uma vez classificadas e ordenadas às propostas, a etapa seguinte do julgamento consistirá na análise da qualificação dos licitantes de proposta mais vantajosa será convocado a apresentar em prazo não superior a 24(vinte e quatro) horas a documentação relacionada no item 10 deste edital.
- 9.7. A responsável pelo setor de licitações procederá à abertura do envelope da documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para verificação do atendimento das exigências estabelecidas neste Edital.
- 9.8. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação, será, com todos os custos inclusos e devidamente atendido as especificações deste Edital.
- 9.9. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável, ou se o seu autor não atender aos requisitos de habilitação, O Legislativo convocará a proposta classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que uma oferta e seu autor atendam, integralmente, aos requisitos deste termo, sendo declarado vencedor.

10 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

10.1 Declarado vencedor e convocado para apresentação dos documentos de habilitação, no prazo definido no item 9.6 deste termo o fornecedor deverá apresentar os seguintes documentos:

10.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

10.1.1.1. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, alterações caso houver, devidamente registrado na junta comercial, em se tratando de sociedades comerciais;



Legislatura 2021/2024.

10.1.1.2. Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

10.1.2. REGULARIDADE FISCAL E REGULARIDADE TRABALHISTA

- 10.1.2.1. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), (Lei nº 8.036/90, Art. 27), expedido pela Caixa Econômica Federal;
- 10.1.2.2. Certidão Unificada de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União ou Comprovante de Regularidade de Tributos e Contribuições Federais e Certidão quanto à Dívida Ativa da União que abranja inclusive as contribuições sociais;
- 10.1.2.3. Comprovante de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante:
- 10.1.2.3.4 Para as empresas sediadas em Estados que emitam Comprovantes de Regularidade com a Fazenda Estadual quanto a débitos inscritos e não inscritos em dívida ativa de forma segregada, ambos deverão ser apresentados, sob pena de inabilitação;
- 10.1.2.4. Comprovante de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicilio ou sede do licitante:
- 10.1.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.1.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.1.3.1. Certidão Negativa de Concordata/Falência, com validade na data marcada para credenciamento e abertura dos envelopes, ou em caso de validade não expressa no documento esta não poderá ser superior à 90 dias da data de abertura dos envelopes;

10.1.4. DEMAIS DOCUMENTOS

10.1.4.1 Declaração conjunta de atendimento aos requisitos de habilitação, condições definidas neste termo bem como na legislação vigente, poderá seguir modelo constante do anexo III.

11 DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

11.1 DO CONTRATANTE

11.1.1 Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes ao objeto do contrato, para que a empresa possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da aquisição.



Legislatura 2021/2024.

- 11.1.2 Indicar ou designar servidor/comissão com competência necessária para proceder ao recebimento dos materiais sob os aspectos quantitativo(s), qualitativo(s), prazo(s) de vigência e entrega.
- 11.1.3 Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA no prazo estipulado.
- 11.1.4 Cumprir e fazer cumprir todas as disposições contidas neste Termo de Referência.
- 11.1.5 Alocar os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução da contratação.
- 11.1.6 Acompanhar, coordenar e fiscalizar a contratação, anotando em registro próprio os fatos, que aseu critério, exijam medidas corretivas no fornecimento do(s) material(is).
- 11.1.7 Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatada(as) no(s) fornecimento(s), para que sejam tomadas as medidas corretivas necessárias.
- 11.1.8 Notificar a CONTRATADA, por escrito, à disposição de aplicação de eventuais penalidades, garantindo o contraditório e a ampla defesa.
- 11.1.9 Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas deste Termo.

11.2 DA CONTRATADA

- 11.2.1 Entregar os materiais de acordo com as condições e prazos propostos neste Edital.
- 11.2.2 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente da Câmara municipal de Fortaleza de Minas.

Fortaleza de Minas /MG, 05 de fevereiro de 2024.

Ernane Moreira Dias

Presidente da Câmara Municipal



Legislatura 2021/2024.

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

"Contratação de empresa para fornecimento de salgados para atender as necessidades das atividades da Câmara Municipal"

2 - AVALIAÇÕES DE CUSTO

O valor estimado dos serviços é de R\$ 11.245,50 (Onze Mil,Duzentos e Quarenta e Cinco Reais e Cinquenta Centavos) para um período de 12 (doze) meses

ITEM	QTD.	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR	VALOR
I I E IVI				UNIT.	TOTAL
1	7000	Unidades	Salgados variados Fritos	0,54	3.780,00
2	7000	Unidades	Salgados variados assados	0,63	3.780,00
2	2000	Unidades	Empadas	0,63	1.260,00
3	20	Quilograma	Pão de queijo	45,33	906,60
4	30	Quilograma	Pão de queijo recheado	50,63	1.518,90

3. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Esta licitação será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021.

4. JUSTIFICATIVA E OBJETO DE CONTRATAÇÃO

A presente aquisição tem por objetivo o fornecimento salgados para os vereadores nas reuniões da Câmara Municipal.

A Câmara Municipal de Fortaleza de Minas, no sentido de atender suas necessidades precípuas incorporadas não apenas em seus atos legislativos, necessita que a sua estrutura administrativa esteja adequada e a sua funcionalidade interna seja capaz de atender sua missão, diante disso esta Casa de Leis no decorrer do ano legislativo realiza diversas sessões, entre elas sessões ordinárias, especiais, extraordinárias e recepção de autoridades, momentos em que ensejam



Legislatura 2021/2024.

necessidades do oferecimento de alimentação aos envolvidos, a serem supridas conforme a natureza do evento.

Não há nenhum certame de objeto similar realizado pelo Legislativo no exercício de 2024, enquadrando perfeitamente no inciso II do art. 75 da Lei Federal 14.133/21.

Nessa linha, entendemos que o objeto atende e preza pela eficiência dos serviços públicos a realização indireta de tarefas de cunho meramente executivo, restando para a estrutura do órgão a preocupação com as atividades finalísticas e de maior relevância para a efetividade da missão do órgão, tais como planejamento, coordenação, supervisão e controle. Dessa forma, verificamos a possibilidade e a necessidade de aquisição de tais bens é imprescindível para o bom andamento da administração.

Assim sendo, cabe ressaltar que a aquisição em tela tem por finalidade manter em ordem e em pleno funcionamento das atividades de expediente da Câmara Municipal

5. FORMA DE CONTRATAÇÃO

- 5.1. O objeto desta contratação deverá ser entregue de acordo com a Ordem de Compra emitida pela Câmara Municipal de Fortaleza de Minas, conforme as condições de data, horário, local e quantidade estipulada na Ordem de Compra, no prazo máximo de **02 (dois) dias,** contados da sua emissão.
- 5.1.1. O objeto desta contratação será recebido por servidores da Câmara Municipal de Fortaleza de Minas no local estipulado na Ordem de Compra.
- 5.1.2. Somente após a emissão da Ordem de Compra, é que a Fornecedora deverá iniciar o cumprimento das obrigações que tiver assumido com O Legislativo de Fortaleza de Minas.
- 5.1.3. O objeto deste fornecimento não será recebido se estiver em desacordo com as condições estipuladas, nos autos do procedimento de aquisição ou na Ordem de Compra.
- 5.2 As quantidades determinadas no edital, são quantidades estimadas da demanda municipal, para aquisição fracionada pelo período de 12 (doze) meses.

6. CLASSIFICAÇÃO DOS MATERIAIS

6.1 Trata-se de aquisição comum, cujas especificações são compatíveis com as práticas de mercado, portanto possui padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio



Legislatura 2021/2024.

de especificações usuais no mercado, nos termos inciso XIII do art 6º da Lei Federal 14.133/2021.

7. FORMA DO FORNECIMENTO

- 7.1 O Legislativo encaminhará a ordem de compra, aguardando o recebimento do mesmo nos prazos definidos no item 5 deste.
- 7.2 Todo o material a ser utilizado, equipamento, mão de obra, frete, suprimento dentre outros de inteira responsabilidade da empresa fornecedora.

8. DOS DOCUMENTOS

A empresa a ser contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, alterações caso houver, devidamente registrado na junta comercial, em se tratando de sociedades comerciais;

Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), (Lei nº 8.036/90, Art. 27), expedido pela Caixa Econômica Federal;

Certidão Unificada de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União ou Comprovante de Regularidade de Tributos e Contribuições Federais e Certidão quanto à Dívida Ativa da União que abranja inclusive as contribuições sociais;

Comprovante de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

Para as empresas sediadas em Estados que emitam Comprovantes de Regularidade com a Fazenda Estadual quanto a débitos inscritos e não inscritos em dívida ativa de forma segregada, ambos deverão ser apresentados, sob pena de inabilitação;

Comprovante de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicilio ou sede do licitante;

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;

Certidão Negativa de Concordata/Falência, com validade na data marcada para credenciamento e abertura dos envelopes, ou em caso de validade não expressa no documento esta não poderá ser superior à 90 dias da data de abertura dos envelopes;



Legislatura 2021/2024.

Declaração conjunta de atendimento aos requisitos de habilitação, condições definidas neste termo bem como na legislação vigente, poderá seguir modelo constante do anexo III.

9. OBRIGAÇÕES DAS PARTES -

9.1 DA CÂMARA MUNICIPAL:

- a) Proporcionar condições para a boa execução do fornecimento.
- b) Remeter advertência à Contratada, por escrito na forma da lei, quando os materiais, objeto da licitação, não estiverem sendo entregues de forma satisfatória.
- c) Fiscalizar a execução do Contrato.
- d) Comunicar à CONTRATADA, qualquer irregularidade na entrega dos materiais.
- e) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- f) Impedir que terceiros executem o fornecimento dos materiais objeto da licitação.

9.2 DA CONTRATADA:

- a) Manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- b) Garantir o cumprimento do Contrato, conforme as especificações contidas neste Termo de Referência.
- c) Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre os materiais que serão fornecidos.
- d) Acatar as observações ou recomendações da Câmara Municipal, na forma da lei, com a brevidade possível.
- e) Entregar os materiais nos termos propostos, na data e no horário indicados pela CONTRATANTE, assumindo inteira responsabilidade pelo fiel cumprimento das obrigações pactuadas.
- f) responsabilizar-se pelas despesas com impostos, fretes, materiais e suprimentos

10. DA FORMA DE FORNECIMENTO



Legislatura 2021/2024.

10.1 – Os quantitativos definidos no item 02 deste anexo, são para fornecimento fracionado no período de 01(uma)semana, de acordo com a necessidade da Câmara Municipal .

11. REQUISITANTES

11.1. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DE MINAS.

12. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

12.1. As despesas relacionadas neste termo de referência correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

01001001.0103100012.001.33903000000

13. DAS SANÇÕES

13.1 Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, a Administração da Câmara Municipal, poderá garantida prévia defesa e contraditório, aplicar à contratada, as seguintes sanções:

13.2 Advertência;

- **13.3** Multa compensatória no percentual de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total estimado da contratação, pela recusa em assinar o contrato, quando for o caso, no prazo estabelecido no edital, pela recusa em receber a nota de empenho ou Autorização de Fornecimento e apresentar o comprovante de prestação da garantia contratual, quando solicitada, no prazo máximo de02 (dois) dias, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art.156 da Lei nº 14.133/2021
- **13.4** Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total estimado da contratação, por dia de inadimplência, até o limite de 05 (cinco) dias, caracterizando inexecução parcial;
- **13.5** Suspensão de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública por prazo de até 05 (cinco) anos;



Legislatura 2021/2024.

- **13.6** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcira a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada; deve ser observado as regras previstas no art.156 da LF 14.133/2021.
- **13.7** As sanções previstas nas alíneas poderão ser aplicadas à contratada que, em razão desta contratação:
- **13.8** Tenha condenação definitiva por praticar por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 13.9 Tenha feito declaração falsa;
- 13.10 Tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da Contratação;
- **13.11** Tenha demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;
- **13.12** Tenha ensejado o retardamento da execução da Contratação;
- 13.13 Não mantenham a proposta ou lance;
- **13.14** Apresentem falha ou fraude na execução das obrigações assumidas.
- **13.15** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei nº 14.133/2021, inclusive responsabilização da Contratada por eventuais perdas e danos causados à Administração Pública Municipal.
- **13.16** A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo setor competente.
- **13.17** O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal ou crédito existente no Município, em favor da Contratada. Caso o seu valor seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.



Legislatura 2021/2024.

13.18 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

14. GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- **14.1** A gestão da contratação, bem como a FISCALIZAÇÃO da correta contratação do objeto do presente Termo será exercida a qualquer momento, no que couberem, pela Secretaria de Municipal de Administração da Câmara Municipal;
- **14.2** As exigências e a atuação da fiscalização pelo legislativo em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da empresa contratada, no que concerne à execução do objeto do contrato.
- **14.3** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior no fornecimento dos materiais, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021

15. DAS CONDIÇÕES GERAIS

- **15.1** Durante a Vigência deste contrato não haverá possibilidade de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da contratação, nos termos do artigo 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº14.133/2021,
- **15.2** O Legislativo reserva para si o direito de não aceitar nem receber qualquer material em desacordo com o previsto neste Termo de Referência, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação nos termos do previsto nos artigos 104 e seguintes da Lei n. 14.133/2021.
- **15.3** Qualquer tolerância por parte da Câmara Municipal, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela Contratada, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo O Legislativo exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.



Legislatura 2021/2024.

- **15.4** A presente contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre O Legislativo e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas designadas pela Contratada para a execução do objeto contratual, sendo a Contratada a única responsável por todas as obrigações ou encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.
- **15.5** A Contratada, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou quaisquer encarregados, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, de forma direta ou indireta, ao Município, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto contratado, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se ao Legislativo o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.
- **15.6** Contratada guardará e fará com que seu pessoal guarde sigilo sobre dados, informações ou documentos fornecidos pelo Legislativo ou obtidos em razão da execução do objeto contratual, sendo vedadas todas ou quaisquer reproduções dos mesmos, durante a vigência do ajuste e mesmo após o seu término.
- 15.7 Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela Contratada durante a execução do objeto contratual serão de exclusiva propriedade da Câmara Municipal, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização da Câmara Municipal, sob pena de responsabilização administrativa, civil ou criminal, nos termos da legislação.
- **15.8** A contratação será formalizada mediante celebração de contrato de fornecimento de materiais de despesa, nos termos do art. 95 da Lei n. 14.133/2021

16. GARANTIA DE INSPEÇÃO E DILIGÊNCIAS

16.1 A CONTRATANTE reserva-se o direito de realizar inspeções e diligências a qualquer momento a fim de avaliar o efetivo fornecimento de materiais pela CONTRATADA.

17. PAGAMENTO

17.1 – Os pagamentos deverão ser realizados em até 30(trinta) dias após a efetiva entrega dos bens acompanhadas de documentação fiscal.



Legislatura 2021/2024.

- 17.2 O pagamento será efetuado pelo setor de Contabilidade e Tesouraria, creditado em favor da contratada, através de ordem bancária contra qualquer entidade bancária a ser informada pela contratada.
- 17.2.1 Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada do Certificado de Regularidade relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal e Certidão Unificada da Receita Federal que abrange inclusive as contribuições sociais e Certidão de Regularidade Trabalhista (CNDT)
- 17.3 A Câmara Municipal poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela contratada, por força deste Termo de Referência.
- 17.4 Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreção, serão devolvidos, e o prazo para pagamento contar-se-á da data de reapresentação da fatura/nota fiscal.
- 17.5 O ISSQN devido será descontado no momento do pagamento, na forma do Código Tributário Municipal.

18. DA MANIFESTAÇÃO DOS INTERESSADOS

De acordo com o §3º do art 75 da Lei Federal 14.133/2021, fica definido como limite para a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados até o dia 08/02/2024 às 16h.

19. DO FORO

19.1 Para a solução de qualquer litígio emergente desta relação contratual ficando eleito o Foro da Comarca de Jacuí - MG, renunciando as partes expressamente a qualquer outro, ainda que privilegiado.



Legislatura 2021/2024.

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

λ

Câmara da Câmara Municipal de Fortaleza de Minas /MG Avenida Pedro de Souza Freire nº 107, Centro CEP: 37.905-000– Fortaleza de Minas /MG

Processo Licitatório nº **001/2024** Dispensa nº **001/2024** Prezados Senhores,

ITEM	QTD.	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	7000	Unidades	Salgados variados Fritos			
2	7000	Unidades	Salgados variados assados			
2	2000	Unidades	Empadas			
3	20	Quilograma	Pão de queijo			
4	30	Quilograma	Pão de queijo recheado			

Local e data.	
Nome e assinatura da Licitante	



Legislatura 2021/2024.

ANEXO III – DECLARAÇÃO CONJUNTA

À

Câmara da Câmara Municipal de Fortaleza de Minas /MG Avenida Pedro de Souza Freire nº 107, Centro CEP: 37.905-000– Fortaleza de Minas /MG

Processo Licitatório nº **001/2024** Dispensa nº **001/2024** Prezados Senhores,

						0.15.1		•
A	empresa	nor	intermédio de	, inscrita seu(sua) ı	no roprosont	CNPJ	sob o(a)	nº Sr.(a)
_			rito(a) no CPF	, ,	•	•	. ,	
Ca	arteira de identidade i		` '	eclara, sob as				(4)
•	Que tem pleno conh o Termo de Referêr		•	ndições gerais	dessa co	ntratação e	concord	la com
•	Que cumpre os re conformidade com a					sta apresen	tada es	tá em
•	Que inexistem fatos ocorrências posterio	impeditivos para				brigatorieda	de de de	eclaraı
•	Que cumpre as exig Previdência Social, conforme dispõe art	de que trata o	art. 93 da Lei 8					
•	Que não se enquad	ra nas vedações	previstas no §1	o do art. 9º da	Lei Fede	ral 14.133/2	1.	
•	Que os bens por no de seus Anexos, e penalidades prevista	atendem às norr	mas técnicas pe	•	•			
•	para fins do dispos emprega menor de de 16 (dezesseis) a	8 (dezoito) anos						
•	Atenciosamente,							
		Local e d	ata.					

Nome e assinatura da Licitante



Legislatura 2021/2024.

ANEXO IV

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xxx/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 001/2024 DISPENSA Nº 001/2024

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DE MINAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 05.044.360/0001-09 com sede na cidade de Fortaleza de Minas /MG, na Avenida Pedro de Souza Freire nº 107, Centro em Fortaleza de Minas /MG, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Sr. Ernane Moreira Dias, brasileiro, casado, autônomo, inscrito no CPF sob o n 799.050.726-91, RG MG4 938969 SSP/MG, residente e domiciliado nesta cidade de Fortaleza de Minas /MG.

CONTRATADO:

As partes acima nomeadas e qualificadas têm entre si a presente contratação de fornecimento de materiais, a reger-se de acordo com a Lei nº. 14.133/2021 e posteriores alterações e demais normas aplicáveis e mediante as cláusulas e condições seguintes.

Cláusula Primeira - Do Objeto

"Contratação de empresa para fornecimento de salgados para atender as necessidades das atividades da Câmara Municipal".

Cláusula Segunda - Do Valor

R\$

xxxxxxxxxxxxx mensais.

Cláusula Terceira - Das Condições De Pagamento

- 3.1 Os pagamentos referentes à entrega dos materiais serão realizados em até 30(trinta) dias após a efetiva entrega dos bens.
- 3.2 A Contratada deverá apresentar ao setor de compras da Câmara Municipal uma Nota Fiscal de acordo com a Autorização de Fornecimento.
- 3.3 Havendo atraso nos pagamentos deverá ser aplicada correção monetário no percentual de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor total da fatura.

Cláusula Quarta - Da Dotação Orçamentária

4.1 – Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

01001001.0103100012.001.33903000000

E suas Correspondentes em 2.024.



Legislatura 2021/2024.

Cláusula Quinta - Prazo de vigência:

- 5.1 Este contrato terá o prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura
- 5.2 Os prazos poderão ser alterados por motivo de força maior ou quaisquer outros acontecimentos semelhantes ou equivalentes, que fujam ao controle seguro e não possam ser impedidos por qualquer das partes interessadas.
- 5.3— Os motivos de força maior deverão ser comunicados formalmente pelas partes e devidamente comprovadas no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da ocorrência. Após a aceitação dos motivos alegados, o prazo será prorrogado.

Cláusula Sexta - Das Responsabilidades e Obrigações da Contratada

- 6.1 A contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato.
- 6.2 A contratada será responsável pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração, bem como a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- 6.3 A contratada reconhece ao Legislativo de Fortaleza de Minas o direito de, a critério deste, descontar dos pagamentos devidos o valor de multas e demais sanções pecuniárias previstas neste contrato.
- 6.4 A contratada não poderá, sem anuência da Câmara Municipal de Fortaleza de Minas, modificar quaisquer especificações deste contrato.
- 6.5 A contratada é obrigada a permitir e facilitar a fiscalização ou supervisão pelo Legislativo de Fortaleza de Minas, do fornecimento, em qualquer momento, devendo prestar as informações e esclarecimentos solicitados.
- 6.6 A contratada é obrigada a participar ao Legislativo a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a entrega dos produtos, no todo ou em parte.
- 6.7 A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 6.8 A contratada deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em lei, bem como diligenciar para que os produtos sejam entregues em perfeitas condições, não podendo conter quaisquer vícios.
- 6.9 A contratada é obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 6.10 A contratada será responsável pelo transporte dos produtos até o local definido para entrega e, em caso de substituição ou devolução, todas as despesas inerentes correrão por conta do mesmo.
- 6.11 A Contratada deverá prestar quaisquer tipos de informações ou esclarecimentos solicitados pela Contratante relacionados à entrega dos materiais.



Legislatura 2021/2024.

6.12 <u>É vedada a transferência do objeto sob qualquer forma a terceiros e, caso ocorra a mesma, o contrato será rescindido na forma da lei, com a aplicação das penalidades previstas na lei 14.133/2021 e alterações posteriores.</u>

Cláusula sétima - Da fiscalização:

Os materiais ficarão sujeitos à permanente fiscalização da Contratante, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL.

- 7.1- Cabe à Contratante, a seu critério, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases do fornecimento dos materiais, ora contratados, e do comportamento dos responsáveis e prepostos do Contratado, sem prejuízo da obrigação deste de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 7. 2- O Contratado declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela Contratante.
- 7.3 A existência e a atuação da Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva do Contratado, no que concerne ao fornecimento de materiais contratado e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

Cláusula Oitava: Dos Direitos e Responsabilidades das Partes

- 8.1 A **CONTRATANTE** obriga-se a efetuar o pagamento estipulado na cláusula segunda e terceira do presente instrumento após a apresentação, aceitação e atesto do responsável pelo recebimento dos produtos fornecidos e emissão de nota fiscal por parte da **CONTRATADA**;
- 8.2 A **CONTRATADA** obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para esta contratação, ou seja, as certidões Federal, FGTS e CNDT.

Cláusula Nona: Da Alteração

9.1 – Este contrato de expectativa de fornecimento poderá ser alterado, com as devidas justificativas, de acordo com o que dispõe o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Cláusula Décima: Das Sanções

- 10.1 Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, sem justificativa aceita pela **CONTRATANTE**, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar nas seguintes sanções:
 - multa compensatória no percentual de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato, pela recusa em assiná-lo, apresentar o comprovante da prestação de garantia contratual e retirar a nota de empenho, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 155 da lei 14.133/2021
 - multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado do contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 02 (dois) dias úteis, na entrega total do objeto deste, caracterizando a inexecução parcial;



Legislatura 2021/2024.

- multa compensatória no percentual de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato pela inadimplência além do prazo de 02 (dois) dias úteis, caracterizando a inexecução parcial do mesmo.

 Advertência.
- 10.2 A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na Lei Federal n° 14.133/2021, inclusive a responsabilidade da **CONTRATADA** por eventuais perdas e danos causados à Administração.
- 10.3 A multa deverá ser recolhida aos cofres públicos da Câmara Municipal de Fortaleza de Minas MG, via Tesouraria Municipal, no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos, a contar da data de recebimento da notificação enviada pela Câmara Municipal de Fortaleza de Minas MG.
- 10.4 O valor da multa poderá ser descontado na nota fiscal ou crédito existente na Câmara Municipal de FORTALEZA DE MINAS MG, em favor da **CONTRATADA**, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.
- 10.5 As multas e outras sanções aplicadas só poderão se relevadas motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Secretária Municipal de Administração, devidamente justificado.
- 10.6— As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
- 10.7– Em qualquer hipótese e aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

Cláusula Décima Primeira: Da Rescisão:

- 11.1 O presente contrato de expectativa de fornecimento poderá ser rescindido, bem como ser cancelada de pleno direito a nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência deste contrato, a qualquer tempo e independente de notificação ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos no art.155, da Lei Federal n. º 14.133/2021, desde que motivado o ato e assegurado à **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa quando esta:
- a) venha a ser atingida por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam sua capacidade econômico-financeiro;
- b) for envolvida em escândalo público e notório;
- c) quebrar o sigilo profissional;
- d) utilizar, em benefício próprio ou de terceiros informações não divulgadas ao público e às quais tenha acesso por força de suas atribuições e que contrariem as disposições estabelecidas pela Câmara Municipal de Fortaleza de Minas MG;
- e) na hipótese de ser anulada a adjudicação em função de qualquer dispositivo legal que a autorize.
- 11.2— A nulidade do processo licitatório induz à do presente contrato, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 148, da Lei Federal n° 14.133/2021

Cláusula Décima Segunda: Da Legislação Aplicável



Legislatura 2021/2024.

12.1 - Quaisquer controvérsias e omissões deste contrato serão regidas pela Lei Federal n°14.133/2021 e suas alterações.

Cláusula Décima Terceira: Do Foro

13.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Jacuí - MG, Estado de Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro, para solucionar quaisquer questões oriundas deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente documento em 02 (duas) vias de igual teor.

Fortaleza de	e Minas /MG, xxx de xxxx de 2024.		
Ernane Moreira Dias Presidente da Câmara Municipal Contratante	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx		
TESTEMUNHAS:			
1) Nome: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	Nome: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx		



Legislatura 2021/2024.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2024 DISPENSA Nº 001/2024 Fundamentação Inciso II do art. 75 da LF 14.133/2021

A Câmara Municipal de Fortaleza de Minas /MG, torna público para o conhecimento dos interessados, que realiza através de dispensa de licitação, fundamentada pelo inciso II do art. 75 da Lei Federal 14.133/2021, com a finalidade de selecionar propostas para "Contratação de empresa para fornecimento de salgados para atender as necessidades das atividades da Câmara Municipal ". A proposta deverá ser encaminhada via email camarafortaleza@hotmail.com ou procololizada no setor de licitação da Câmara Municipal até às 16h do dia 08/02/2024. O procedimento será realizado em conformidade com o Decreto Municipal n.º 072/2023, na Lei Federal 14.133/2021, na Lei Complementar n.º 123/2006 e das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos integrantes.

O Edital está à disposição dos interessados na sede da Câmara Municipal de Fortaleza de Minas /MG, na Avenida Pedro de Souza Freire nº 107, Centro, em Fortaleza de Minas- /MG – Seção de Licitações e Contratos, das 8h às 16h nos endereços eletrônicos e Fortaleza de Minas www.camaramunicipal.mg.gov.br.

Fortaleza de Minas /MG,05 de fevereiro de 2024.

Ernane Moreira Dias Presidente da Câmara Municipal